

Resistimos para existir; agora, existimos para governar



» LUIZ ALBERTO SILVA
Cientista político, secretário nacional da Nova Frente Negra Brasileira

Somos 56% da população brasileira. Essa porcentagem não se alinha com a nossa presença em espaços de decisão, não só do poder público, mas também da iniciativa privada. Nas grandes empresas, no poder de mando, não passamos de 5%. Entre 2018 e 2025, o número de parlamentares negros cresceu, mas a violência política contra eles triplicou. Reduzir nosso povo à resistência é aceitar o lugar que nos querem colocar e controlar. Vivemos o momento da inclusão simbólica. Comemora-se “o primeiro ou a primeira negra” a isso ou àquilo. Resistir é responder às violências que sofremos diariamente numa sociedade organizada pela “branquitude”. Não é suficiente. Estamos vivos por causa da resistência. Honrar os quilombos, imprensa negra, cotas, movimentos sociais é nosso dever. Foram trincheira, foram abrigo, foram importantes, e ainda são, nos momentos em que o Estado nos nega cidadania. Resistir é responder a uma violência, uma exclusão, um ataque. Nossa missão hoje é também conviver, transformar e organizar os espaços de poder. Quando só nos chamam para falar de racismo e aceitamos, estamos na

resistência. Quando não falamos de organização, tecnologia ou orçamento, seguimos na trincheira e não nos lugares em que se decide a sorte da nação. Conviver no poder é ter o povo negro tomado parte determinante nas decisões. Representação apenas não é suficiente. A presença, por si só, não é suficiente. O domínio da pauta é que importa. Poder é criar a regra, montar o orçamento, escolher o que vira currículo escolar, decidir qual é a inovação e a tecnologia aplicada. Está provado que os “departamentos” de diversidade viraram guetos sem poder algum de decisão. É uma lógica que continua branca. Disputar poder e espaços é falar de política monetária, de biotecnologia, de fusões empresariais, de futuro... Conviver no poder não é ser obrigado a fazer o “teste do pescoço” nem ter que pedir licença. É disputar sentidos e consensos no campo das ideias. É ter corpos e mentes negros a tomar decisões que importam ao país. O negro precisa criar aquilombamento institucional. Ninguém consegue se manter no poder sozinho. Não suba calado. Não suba só. Faça circular a informação. Cuide e inclua os seus iguais. Não deixe a porta se fechar atrás de você. A branquitude faz isso há séculos, e o chama de networking. Precisamos fazer a disputa epistêmica. Não basta estar na universidade. É preciso disputar o conhecimento. Mais ainda: citar e honrar nossas fontes pretas. De Lélia Gonzalez a Sueli Carneiro o caminho foi aberto. Cabe a nós ocupá-lo e alargá-lo. Devemos também disputar o imaginário, porque o poder também

é estético. É reafirmar a beleza negra, o sucesso negro, a tecnologia que desenvolvemos e o que, para nós, é o futuro. Senão, nossa presença sempre será vista como exceção. É claro que existem as contradições: a síndrome de minoria, do impostor, a solidão institucional, que, na verdade, é estrutural. Ocupar não significa que a luta acabou, significa que ela mudou de endereço. A disputa de poder se dá nos locais em que se assinam os contratos. Nesse ambiente, tudo se torna mais perigoso, pois neste lugar não existe o “negro permitido”, mas, sim, o negro governando. Mas estaremos lá! Conosco, sem dúvida, estarão nossos ancestrais. Ninguém foi mais estrategista do que eles. Nenhum negro pode seguir sem eles. Estão na nossa “memória celular”. Vão nos lembrar que não queremos favor. Queremos o direito ordinário. Queremos até o direito de ser medíocre sem que isso nos coloque como padrão de fracasso de toda uma raça. Enfim, o direito de ser gênio sem ser considerado exceção, para fundamentar motivos da nossa exclusão. Queremos até o direito de errar, acertar, criar e dirigir. Resistimos para existir, e isso nos custou séculos. Agora existimos para conviver, criar e governar. Governar o orçamento, a estética, o futuro. Não queremos ser exceção heroica. Somos Zumbi dos Palmares. Somos Dandara. A força dos ventos, das marés, das correntezas dos rios, do sol e da chuva. A trincheira foi abrigo. O poder é destino. A pergunta não é mais se vamos resistir. Mas sim: qual espaço de poder vamos aquilombar hoje?

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Brasil, ontem e hoje



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Geografia é destino. O Brasil está condenado a viver ao lado da Argentina. Vale, portanto, a comparação de um país com outro para medir o desenvolvimento nacional. Em 1960, o produto interno do Brasil era relativamente próximo ao da Argentina, embora a economia verde e amarela já tivesse maior tamanho do que a do vizinho. Em valores nominais, com o dólar daquela época, o PIB brasileiro somava US\$ 17 bilhões. O da Argentina chegava a US\$ 15,8 bilhões. Essas cifras divididas pelo número de habitantes informam a renda per capita de cada um. Em 1960, o índice brasileiro era US\$ 235, o da Argentina US\$ 778. Hoje, os números são bem diferentes. O produto interno brasileiro é da ordem de US\$ 2.280 trilhões, o que o coloca entre os 10 maiores do mundo. É uma posição intermediária, mas no mesmo nível da economia da Rússia, da Itália e do Canadá. Não é pouco. O da Argentina é de US\$ 683 bilhões. A renda per capita dos brasileiros está na casa de US\$ 10.713, enquanto o da Argentina é US\$ 14.898. A diferença se reduziu muito. Hoje, a economia do vizinho é semelhante ao tamanho de São Paulo, ou de um terço dos bens e riquezas produzidos no Brasil. Esse é um retrato fiel do veloz desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas, a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek. Falar de números é pouco atraente. É difícil

encontrar beleza nas tabelas de cifras e estatísticas. Mas o crescimento nacional é pouco percebido pelos próprios brasileiros. Quando a Argentina já possuía cerca de 10 mil quilômetros de estradas asfaltadas, nos finais dos anos cinquenta, o Brasil inaugurou a primeira estrada pavimentada em 1949, no governo Dutra, a rodovia Rio-São Paulo. De lá para cá, o país cresceu muito, e aos trancos. A malha rodoviária é recente. No início dos anos sessenta, para viajar por terra até o Rio Grande do Sul era necessário conhecer a tábua de marés. Na falta de estradas, o intrépido motorista precisava viajar pelas praias, mas só poderia fazer isso na maré baixa. Hoje existem estradas para todos os gostos no centro-sul do país. Viajei aos Estados Unidos, ainda adolescente, em navio cargueiro no longínquo ano de 1961. Conheci a modernidade da época: aparelhos elétricos de todos os tipos, automóveis refulgentes, televisão, transitei por estradas asfaltadas e sinalizadas. Também tive contato com a política de segregação racial, oficial e legal, modelo que, felizmente, não foi copiado aqui. Mas tudo aquilo que era moderno na época — o Brasil importava até roupas — hoje é produzido pela indústria nacional. De país importador, o Brasil se transformou em exportador. Vende de tudo no exterior, até jogadores de futebol, categoria na qual é relevante protagonista, além de fazer bons negócios com soja, carne, frango e, para surpresa geral, aviões. O destino me colocou diante de desafios interessantes. Fui encarregado, em jornal que trabalhava, de colocar a empresa na internet. Isso nos anos noventa. Boa parte dos diretores era contra essa modernidade, tratada como moda passageira. Hoje é impossível ignorar internet, e-mail, inteligência artificial e outras

consequências dessa novidade. A comunicação por intermédio de rede de computadores uniu o mundo inteiro. Quem não acreditou, morreu. São conhecidos exemplos de grandes empresas, como o da Kodak, que duvidaram da modernidade e foram engolidas pelas novidades. Em tempos recentes, minha filha me mandou uma mensagem no celular. Nada de novo. Só que ela estava a bordo de avião em algum ponto sobre o Oceano Atlântico na rota entre Brasil e África. Assim como falei, no celular, com outro que está na Alemanha. E um terceiro que estava assistindo a um jogo na arquibancada do Maracanã, no Rio de Janeiro. Tudo isso é correio e normal, hoje em dia. Se fosse possível recuar no tempo, e eu contasse essa história nos anos sessenta, no Brasil, seria internado como louco em estado terminal. Mas os tempos modernos são realmente desafiadores. Essas reflexões me ocorrem diante do desafio das eleições brasileiras. O Brasil não é o melhor país do mundo. É cheio de defeitos e desigualdades. Mas tem seus méritos. Entre eles, o rápido crescimento nos últimos 60 anos, quando descobriu a existência do Centro-Oeste e chegou mais perto do noroeste. Abriu nova fronteira. A economia se industrializou, o agronegócio prosperou e a Petróbras encontrou petróleo. Mas, os jovens brasileiros não têm noção do país que existia há 60 anos. Eleição do presidente da República é assunto sério. O exercício do mais alto cargo exige determinação e projeto. O Brasil mudou muito nas últimas décadas, mas é necessário mudar ainda mais para se tornar contemporâneo de seu tempo. Essencial enxergar além da linha do horizonte para colocar a sociedade em condições de enfrentar os formidáveis desafios do século 21.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O "macallão" e o transatlântico Brasil

A cada novo documento tornado público, a crise cresce visivelmente. A Polícia Federal recupera conversas importantes de forma contínua. Além disso, o caso Banco Master parece adquirir dimensões cada vez maiores. O problema deixou de ser apenas a história de uma instituição financeira. Anteriormente, o Banco Central liquidou essa estrutura no mercado. Hoje, o que está vindo à superfície envolve operações bilionárias complexas. Relações entre instituições públicas e privadas estão sob investigação rigorosa. Dirigentes de bancos, empresários e agentes políticos também participam da trama. Ainda não podemos antecipar o desfecho judicial de cada episódio. Porém, já existe material probatório suficiente para compreender a gravidade. Afinal, o caso Banco Master se transformou em uma grave crise financeira e institucional.

Dimensão impressiona

O apelo de “macallão” funciona como uma imagem jornalística incisiva. Ele faz alusão direta aos conhecidos escândalos do Mensalão e Petrolão. Consequentemente, serve para designar a enorme dimensão política do episódio. Não pretendemos afirmar antecipadamente que todos os envolvidos cometeram crimes. Primeiramente, as investigações federais ainda estão em pleno andamento. Acusações graves devem ser devidamente comprovadas nos autos. Além disso, cabe exclusivamente à Justiça estabelecer as responsabilidades individuais. Contudo, o tamanho dos valores financeiros não pode ser ignorado. A quantidade de instituições e personagens atingidos pelo caso Banco Master impressiona a sociedade.

Transferência vultosa

Para ilustrar o cenário, analisemos o relatório da PF. Esse documento investigativo, tornado público em setembro, trouxe um dado particularmente grave. Segundo a investigação, o BRB transferiu aproximadamente R\$ 17 bilhões ao Banco Master. Essa transferência vultosa ocorreu no âmbito da aquisição de carteiras de crédito. Por conseguinte, desse total expressivo, a PF afirma que cerca de R\$ 12,2 bilhões corresponderiam a títulos sem lastro. O BRB, por sua vez, contesta a interpretação sobre a sua responsabilidade institucional. A atual administração garante que tomou providências imediatas para proteger o patrimônio. O banco busca, portanto, garantir um eventual ressarcimento dos cofres. Entretanto, os balanços financeiros independentes mostram uma realidade divergente.

Suspeitas

O episódio também alcançou o próprio mercado de capitais. Reportagens baseadas em mensagens obtidas pela PF apontam que Daniel Vorcara teria afirmado que buscaria apoio para a permanência de Otto Lobo na presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Lobo, por sua vez, negou ter buscado apoio de Vorcara ou possuir vínculo com ele. Trata-se novamente de informação investigativa que exige apuração, e não de responsabilidade criminal estabelecida.

Calma nesta hora

O BRB, inserido nesse contexto altamente desafiador, exige proteção institucional absoluta. O banco representa um patrimônio histórico e valioso de todos os brasileiros. Não podemos confundir a instituição com os atos de seus antigos dirigentes investigados. A própria administração atual garante a tomada de medidas preventivas rigorosas. Os gestores buscam separar a instituição das práticas atribuídas à diretoria afastada. Essa distinção jurídica e administrativa revela-se absolutamente fundamental neste momento crítico. Punir responsáveis criminais não significa, de forma alguma, punir o banco público. Uma República verdadeiramente séria jamais opera sob o conceito de culpa coletiva.

Pela credibilidade

A economia brasileira já sofre com dívida alta e juros asfixiantes diariamente. Enfrentamos problemas fiscais complexos e enorme desconfiança crônica em relação ao Estado. Uma crise envolvendo instituições financeiras estratégicas acrescenta um ingrediente extremamente perigoso. Ela provoca a imediata e nociva perda de confiança sistêmica no mercado. Confiança é, sem dúvida, um ativo institucional invisível e inestimável. Um banco possui prédios imponentes, sistemas modernos e bilhões em capitalização. Porém, se o mercado perde a crença na qualidade dos ativos, tudo desmorona rapidamente. O edifício financeiro estremece até as fundações.

Agir agora

Às vésperas de uma eleição, essa investigação não pode ser usada como combustível de campanha nem enterrada sob a avalanche de propaganda eleitoral. Deve permanecer onde sempre deveria ter estado: sob a luz dos documentos, dos órgãos de controle, da Polícia Federal, do Ministério Público, do Banco Central e da Justiça. Sem absolvições antecipadas, condenações não fundamentadas e proteção e blindagens política. O transatlântico nacional ainda navega bravamente em águas turbulentas e imprevisíveis. Mas, diante das cifras bilionárias e das conexões reveladas, o alerta soa forte. Ignorar a realidade agora seria uma atitude criminosamente irresponsável. Fica impossível fingir que não há água entrando no casco da nossa economia.

A frase que foi pronunciada:

"A atuação do Poder Judiciário deve pautar-se pelo estrito respeito às garantias constitucionais, exigindo-se fundamentação idônea, concreta e contemporânea para a imposição de qualquer medida restritiva de direitos."
André Mendonça, ministro do STF, e o óbvio esquecido por alguns colegas

História de Brasília

A Câmara dos Deputados perdeu 75 minutos discutindo o projeto revogando a proibição contra lutas de galos. Pois bem. Depois disso, em 45 minutos aprovou 17 outros projetos, muitos dos quais de grande importância. (Publicada em 26/5/1962)